



ESTADO DO PARÁ
MINISTÉRIO PÚBLICO

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 028/2015-MP/PA

O MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARÁ, pessoa jurídica de direito público interno, inscrita no CNPJ/MF sob o n.º 05.054.960/0001-58, estabelecida na Rua João Diogo, 100, bairro da Cidade Velha, CEP: 66015-165, nesta capital, neste ato representada pelo Exmo. Sr. Dr **MARCOS ANTONIO FERREIRA DAS NEVES**, brasileiro, residente nesta Capital, doravante denominado(a) **ADMINISTRAÇÃO** e, a Empresa **A S NAGASE & CIA LTDA**, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ/MF sob nº 09.721.163/0001-38, Inscrição Estadual nº 15.275.030-4, com sede na Av Pedro Alvares Cabral, 834 B, bairro Marambaia, Belém - PA, CEP: 66615-860, Telefone nº (91) 3243-0111, Email: nagasecmr@hotmail.com, neste ato representada pelo Sr **ALEXEI SEISHI NAGASE**, brasileiro, casado, empresário, residente e domiciliado na cidade de Belém/PA, doravante denominada **COMPROMITENTE FORNECEDOR**, resolvem firmar a presente ATA DE REGISTRO DE PREÇOS, de acordo com o resultado do Pregão Eletrônico n.º 020/2015-MP/PA, mediante as cláusulas e condições a seguir estabelecidas:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

O presente termo tem por objeto e finalidade o **REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE LEITE** nas condições definidas no ato convocatório, seus anexos, propostas de preços e Ata do Pregão Eletrônico nº 020/2015-MP/PA vinculada ao PROCESSO Nº. 009/2015-SGJ-TA (PROTOCOLO Nº 3557/2015) que integram este instrumento independente de transcrição, pelo prazo de validade do registro.

CLÁUSULA SEGUNDA - DO PREÇO

2.1 O(s) preço(s) registrado(s), a quantidade, o(s) fornecedor(es) e as especificações dos objetos constantes deste instrumento encontram-se contidos na tabela abaixo, obedecida a ordem de classificação:

Item	Especificações	Und.	Quantidade Estimada	Preço Unitário	Preço Total Estimado
2*	Leite em pó integral (100% de origem animal), em pacote plásticos aluminizados de 200g, limpos não violados, resistentes, que garantam a integridade do produto até o momento do consumo. Acondicionados em fardos lacrados. A embalagem deverá conter externamente os dados de identificação e procedência, número do lote, data de validade e de fabricação e informações nutricionais (Valor energético 129kcal = 542kJ, Carboidratos 9,6g, Proteínas 6,7g, Gorduras Totais 7,1g, Gorduras Saturadas 4,4g, Gorduras Trans 0, Fibra Alimentar 0, Sódio 91mg, Cálcio 239 mg), com variação máxima possível por item, para mais ou para menos, no percentual de 10%. Prazo de validade: 12 meses. Possui registro no Ministério da Agricultura – MAPA, com registro obrigatório no S.I.F. (Sistema de Inspeção Federal), previsto pela Lei 1283/1950). MARCA: ROMANO.	Kg	1.250	R\$ 16,00	R\$ 20.000,00

* Tratamento Diferenciado: Cota 25% para participação exclusiva de ME/EPP (cota exclusiva do item 1), Lei Complementar nº 123/2006.

- 2.1.1 O valor global estimado desta Ata é de **R\$ 20.000,00 (vinte mil reais)**.
- 2.2 O preço registrado já inclui todas as despesas necessárias, sem quaisquer ônus para o MINISTÉRIO PÚBLICO no que se refere a frete, tributos e outros.
- 2.3 Fica registrado que **não houve formação do Cadastro de Reserva**, no caso de impossibilidade de atendimento pelo primeiro colocado da ata nas hipóteses previstas nos arts. 20 e 21 do Decreto Federal 7892/2013.

CLÁUSULA TERCEIRA - DA REVISÃO DOS PREÇOS REGISTRADOS

- 3.1 Os preços registrados poderão ser revistos em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo dos serviços ou bens registrados, cabendo ao órgão gerenciador promover as negociações junto aos fornecedores, observadas as disposições contidas na alínea "d", do inciso II do caput do art. 65 da lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993.
- 3.2 Quando o preço registrado tornar-se superior ao preço praticado no mercado por motivo superveniente, o órgão gerenciador convocará os fornecedores para negociarem a redução dos preços aos valores praticados pelo mercado.
- 3.2.1 Os fornecedores que não aceitarem reduzir seus preços aos valores praticados pelo mercado serão liberados do compromisso assumido, sem aplicação de penalidade.
- 3.2.2 A ordem de classificação dos fornecedores que aceitarem reduzir seus preços aos valores de mercado observará a classificação original.
- 3.3 Quando o preço de mercado tornar-se superior aos preços registrados e o fornecedor não puder cumprir o compromisso, o órgão gerenciador poderá:
- I. Liberar o fornecedor do compromisso assumido, caso a comunicação ocorra antes do pedido de fornecimento, e sem aplicação da penalidade se confirmada a veracidade dos motivos e comprovantes apresentados;
 - II. Convocar os demais fornecedores para assegurar igual oportunidade de negociação.
- 3.3.1 Não havendo êxito nas negociações, o órgão gerenciador deverá proceder à revogação da Ata de Registro de Preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção da contratação mais vantajosa.

CLÁUSULA QUARTA - DO CANCELAMENTO DOS PREÇOS REGISTRADOS

- 4.1. O registro do fornecedor será cancelado quando:
- I. Descumprir as condições da Ata de Registro de Preços;
 - II. Não retirar a nota de empenho ou instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração, sem justificativa aceitável;
 - III. Não aceitar reduzir o seu preço registrado, na hipótese deste se tornar superior àqueles praticados no mercado; ou
 - IV. Sofrer sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 87 da lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, ou no art. 7º da lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002.
- 4.1.1. O cancelamento de registros nas hipóteses previstas nos incisos I, II e IV do caput será formalizado por despacho do órgão gerenciador, assegurado o contraditório e a ampla defesa.
- 4.2. O cancelamento do registro de preços poderá ocorrer por fato superveniente, decorrente de caso fortuito ou força maior, que prejudique o cumprimento da Ata, devidamente comprovado e justificado.

- I. Por razão de interesse público; ou
- II. A pedido do fornecedor.

CLÁUSULA QUINTA – DOS PEDIDOS

- 5.1. O MINISTÉRIO PÚBLICO solicitará, mediante Nota de Empenho e/ou Contrato, a quantidade necessária ao seu consumo regular, observada a estimativa, não havendo impedimento que a quantidade e período regular de fornecimento sejam modificados em razão da necessidade do órgão, devidamente justificada;
- 5.2. O registro dos preços efetivados na Ata não obriga a Administração a firmar contratações que deles poderão advir, cabendo, contudo, na hipótese de opção por outro meio de contratação, assegurar ao beneficiário do registro preferência em igualdade de condições

CLÁUSULA SEXTA - DA UTILIZAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS POR ÓRGÃO OU ENTIDADES NÃO PARTICIPANTES

- 6.1. As adesões à Ata, se autorizada pela Administração do Ministério Público, serão regidas pelo Artigo 23 do Decreto Estadual 876/2013, e não poderão exceder, por órgão ou entidade, a cem por cento dos quantitativos dos itens do instrumento convocatório e registrados na Ata de Registro de Preços para o órgão gerenciador e órgãos participantes;
- 6.2. O quantitativo decorrente das adesões à Ata de Registro de Preços não poderá exceder, na totalidade, ao quíntuplo do quantitativo de cada item registrado na Ata de Registro de Preços para o órgão gerenciador e órgãos participantes, independente do número de órgãos não participantes que aderirem.

CLÁUSULA SÉTIMA – DA VIGÊNCIA

- 7.1. A vigência do presente instrumento será de **12 (doze) meses**, improrrogáveis, a contar da data de sua assinatura.

CLÁUSULA OITAVA - DAS SUPRESSÕES

- 8.1. A supressão dos produtos registrados na Ata de Registro de Preço poderá ser total ou parcial, a critério do Órgão Gerenciador, considerando-se o disposto no §4º do Art. 15 da lei nº 8.666/93 e alterações.

CLÁUSULA NONA - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

Classificação: 12101.03.122.1297.4534 – Operacionalização das Ações Administrativas

Elemento: 3390-30 – Material de Consumo

Fonte: 0101 – Recursos Ordinários

CLÁUSULA DÉCIMA - DA EFICÁCIA

- 10.1. A presente Ata de Registro de Preços somente terá eficácia após a publicação do respectivo extrato no Diário Oficial do Estado.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DO FORO

Fica eleito o Foro da Justiça Estadual do Pará, Comarca de Belém-PA, para dirimir quaisquer questões oriundas do presente instrumento.



ESTADO DO PARÁ
MINISTÉRIO PÚBLICO

E, por estarem justas e compromissadas, as partes assinam o presente Termo em duas vias, de igual teor, na presença das testemunhas abaixo assinadas.

Belém-Pa, 09 de junho de 2015

MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARÁ
ADMINISTRAÇÃO

A S NAGASE & CIA LTDA
COPROMITENTE FORNECEDOR

Testemunhas:

Rubens Rocha
RG: 2860005 - SSP/PA

Almyra Pedrosa Antunes
RG: 4014066

PORTARIA Nº 29.770, DE 10 DE JUNHO DE 2015.
CONCEDER à servidora **KARLA LESSA BENGTON**, Assessor Tecnologia da Informação, matrícula nº 0100927, 04 (quatro) dias de licença para tratamento de saúde, nos termos do artigo 81 da Lei nº 5.810/94, no período de 22 a 25-05-2015.

Protocolo 838323

PORTARIA Nº 29.769, DE 10 DE JUNHO DE 2015.
CONCEDER à servidora **ANGELA MARIA CAMPOS CARMONA**, Auditor de Controle Externo - Ciências Contábeis, matrícula nº 0100021, 29 (vinte e nove) dias de licença para tratamento de saúde, nos termos do artigo 81 da Lei nº 5.810/94, no período de 27-05 a 24-06-2015.

Protocolo 838326

COMUNICAÇÃO DE AUDIÊNCIA - Nº 601/2015
De ordem do Excelentíssimo Senhor Conselheiro Relator, em cumprimento ao disposto no art. 215 do Regimento Interno, comunico o Senhor **PEDRO FERREIRA DE SOUSA**, Coordenador à época, que no prazo de quinze (15) dias, poderá apresentar razões de justificativas nos autos do Processo nº. 2010/50126-8, que trata da Prestação de Contas do CONSELHO ESCOLAR DA ESCOLA ESTADUAL DE ENSINO MÉDIO ENGENHEIRO PALMA MUNIZ, referente ao Convênio SEDUC nº 803/2009.

Belém, 10 de junho de 2015.

JOSÉ ARLINDO SIQUEIRA DA SILVA
Secretário-Geral

Protocolo 838439

MINISTÉRIO PÚBLICO

MINISTÉRIO PÚBLICO
DO ESTADO DO PARÁ

PORTARIA

PORTARIA Nº 3360/2015-MP/PGJ

O PROCURADOR GERAL DE JUSTIÇA, no uso de suas atribuições legais e tendo em vista o disposto no art. 21, inciso XIX, c/c o art. 67, §2º e 3º da Lei Complementar nº 057, de 06/07/2006, e tendo em vista o disposto no §1º do art. 17 da Resolução nº 031/2013 - CPJ, de 5/12/2013, art. 12 da Lei Federal nº 11.788 de 25/09/2008 e o art. 5º da Resolução nº 42, de 16/06/2009 do Conselho Nacional do Ministério Público,

R E S O L V E:
Art. 1º Fixar, no âmbito do Ministério Público do Estado do Pará, em R\$ 645,50 (seiscentos e quarenta e cinco reais e cinquenta centavos) o valor da bolsa de estágio para os estudantes de estágio não obrigatório de nível superior.

Art. 1º Fixar, no âmbito do Ministério Público do Estado do Pará, em R\$ 325,50 (trezentos e vinte e cinco reais e cinquenta centavos) o valor da bolsa de estágio para os estudantes de estágio não obrigatório de nível médio.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.
PUBLIQUE-SE, REGISTRE-SE E CUMPRE-SE.
GABINETE DO PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA, Belém 9 de junho de 2015.

MARCOS ANTONIO FERREIRA DAS NEVES
Procurador-Geral de Justiça

Protocolo 838352

TERMO ADITIVO A CONTRATO

NO DO TERMO ADITIVO: 40 Nº DO CONTRATO: 051/2014-MP/PA

Objeto do Contrato: Serviços de impressão e acabamento da obra intitulada "Plano Estratégico de Atuação do MP em questões Agrárias e Fundiárias".

Valor do Contrato Original: R\$ 6.660,00 (global).

Modalidade de Licitação: Pregão Eletrônico nº 027/2013-MP/PA Partes: Ministério Público do Estado do Pará e a empresa GTR Gráfica e Editora Ltda.

Objeto e Justificativa do Aditamento: Prorrogação do prazo de Execução e Vigência.

Valor do Aditamento: -.

Data de Assinatura: 09/06/2015.

Vigência do Aditamento: 11/06/2015 a 10/08/2015.

Dotação Orçamentária: -.

Fonte de Recurso: -.
Ordenador Responsável: Dr. Marcos Antônio Ferreira das Neves.
Aditivos Anteriores: 1º TA: Prorrogação do prazo de Vigência (D.O.E. 13/03/2014); 2º TA: Prorrogação dos prazos de Execução e Vigência (D.O.E. 11/06/2014), 3º TA: Prorrogação dos prazos de Execução e Vigência (D.O.E. 12/12/2014).

Protocolo 837883

EXTRATO DE TERMO ADITIVO AO CONTRATO

Nº do Termo aditivo: 2º

Nº do Contrato: 032/2014-MP/PA

Partes: Ministério Público do Estado do Pará e a Empresa NORTE LOCADORA E SERVIÇOS EIRELI.

Objeto e Justificativa do Aditamento: Prorrogação do prazo de vigência e reajuste de valor.

Valor do Aditamento: - R\$ 53.259,12 (cinquenta e três mil, duzentos e cinquenta e nove reais e doze centavos) anual
Data de Assinatura: 09/06/2015.

Vigência do Aditamento: 18/06/2015 a 17/06/2016.

Dotação Orçamentária: - Atividade: 12101.03.122.1297.4534.
Elemento de despesa: 3390-33.

Fonte de Recurso: - 0101

Ordenador Responsável: Dr. Marcos Antônio Ferreira das Neves.
Aditivos Anteriores: 1º TA: Alteração do subitem 8.6.3.3, da Cláusula Oitava do Contrato original (DOE 24/06/14)

Endereço do Contratado: Trav. Mauriti, nº 2501, Galpão, Marco, Belém/PA, CEP: 66.093-180.

Protocolo 837989

AVISO DE LICITAÇÃO

AVISO DE LICITAÇÃO MODALIDADE: PREGÃO ELETRÔNICO

Número: 019/2015

Objeto: Registro de preços para aquisição de mobiliário, com montagem e instalação.

Entrega do Edital: Nos sites www.comprasgovernamentais.gov.br ou www.mppa.mp.br.

Observação: UASG: 925980; Horário: 09h (nove) horas - Horário Brasília.

Responsável pelo certame: Andrea Mara Ciccio

Local de Abertura: www.comprasgovernamentais.gov.br.

Data da Abertura: 24/06/2015.

Hora da Abertura: 09:00h (Brasília).

Orçamento: Classificação: 12101.03.122.1297.4534; Elemento: 4490.52; Fontes: 0101 e 0301.

Ordenador Responsável: Marcos Antônio Ferreira das Neves.

Protocolo 837913

EXTRATO DA PORTARIA Nº 01/2015-MP/PJCAP

O Ministério Público do Estado do Pará, através do Promotor de Justiça Dr. Nadilson Portilho Gomes, Promotor de Justiça de 2ª Entrância Titular de Capanema, com suas atribuições específicas, vem no pleno uso de suas funções constitucionais previstas no art. 127 e 129, da Constituição Federal de 1988, arts. 26 e 27, da Lei nº 8.625/93, e outras. Torna pública a instauração do Inquérito Civil nº. 01/2015-MP/PJCAP, que se encontra à disposição na Promotoria de Justiça de Capanema na Av. Barão de Capanema, 1188; Centro - Fone/Fax (91) 3462-2442 - CEP. 68.700-005.

Instaura o Inquérito Civil nº. 01/2015-MP/PJCAP

Data da Instauração: 25/05/2015

Objeto: apurar sobre problemas na educação de deficientes e outros.

Capanema/PA, 25 de maio de 2015

Nadilson Portilho Gomes - Promotor de Justiça

Protocolo 837840

EXTRATO DE PORTARIA

Nº 063/2012-MP/8ªPJ/DCF/DPP/MA

A PROMOTORA DE JUSTIÇA DA 8ª PJ DE DIREITOS CONSTITUCIONAIS FUNDAMENTAIS, DEFESA DO PATRIMÔNIO PÚBLICO E DA MORALIDADE ADMINISTRATIVA, Dra. ELAINE CASTELO BRANCO, torna público a instauração de Procedimento Administrativo Preparatório Nº 400/2012, através da portaria de nº 063/2012, que se encontra à disposição na sede do Ministério Público, na Rua João Diogo, nº 100, bairro da Cidade Velha, nesta cidade de Belém do Pará.

Portaria de Instauração: 063/2012

Data de Instauração: 12/12/2012

Objeto: apurar possíveis violações a artigos da lei nº 8.429/92, promovendo a coleta de outras informações para a posterior instauração de Ação Civil Pública, Ação de Responsabilidade por Improbidade Administrativa ou arquivamento das peças de informações, nos termos da lei.

Promotora de Justiça: Elaine Castelo Branco

Protocolo 837841

EXTRATO DE PORTARIA

Nº 005/2012-MP/2ªPJ/MA/PC/HU

O PROMOTOR DE JUSTIÇA DA 2ª PJ DE MEIO AMBIENTE, PATRIMÔNIO CULTURAL, HABITAÇÃO E URBANISMO, Dr.

NILTON GURJÃO DAS CHAGAS, torna público a instauração de Procedimento Administrativo 242/2012, através da portaria de nº 005/2012-MP/2ªPJ/MA/PC/HU, que se encontra à disposição na sede do Ministério Público, na Rua João Diogo, nº 100, bairro da Cidade Velha, nesta cidade de Belém do Pará.

Portaria de Instauração nº 005/2012

Data da Instauração: 13/12/2012

Objeto: apurar denúncia realizada por mídia televisiva local, a respeito de vegetal da espécie Mangifera undica, conhecida com "Mangueira", feita por empresa especializada a mando do proprietário da casa situada na Rua 09 de Janeiro, n.2347. Tal fato se deu em virtude da mesma estar empatando a entrada de sua garagem.

Promotor de Justiça: Nilton Gurjão das Chagas

Protocolo 837842

EXTRATO DE PORTARIA Nº 059/2012-MP/8ªPJ/DCF/DPP/MA

A PROMOTORA DE JUSTIÇA DA 8ª PJ DE DIREITOS CONSTITUCIONAIS FUNDAMENTAIS, DEFESA DO PATRIMÔNIO PÚBLICO E DA MORALIDADE ADMINISTRATIVA, Dra. ELAINE CASTELO BRANCO, torna público a instauração de Procedimento Administrativo Preparatório nº 376/2012, através da portaria de nº 059/2012-MP/8ªPJ-DCF.DPP.MA, que se encontra à disposição na sede do Ministério Público, na Rua João Diogo, nº 100, bairro da Cidade Velha, nesta cidade de Belém do Pará.

Portaria de Instauração: 059/2012

Data de Instauração: 12/12/2012

Objeto: apurar conduta do servidor LUIS AFONSO MARTINS, em virtude de fato que afronta princípios da administração pública, eis que reporta situação de ausência de prestação de contas ao erário.

Promotora de Justiça: Elaine Castelo Branco

Protocolo 837844

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

Nº. da Ata de Registro de Preços: 028/2015-MP/PA.
Modalidade de Licitação: Pregão Eletrônico nº. 020/2015-MP/PA

Partes Contratantes: Ministério Público do Estado do Pará e a empresa A S NAGASE & CIA LTDA.

Objeto: Registro de preços para aquisição de leite.

Data da Assinatura: 09/06/2015.

Vigência: 09/06/2015 a 08/06/2016.

Preços Registrados:

Item	Especificações	Und.	Quantidade Estimada	Preço Unitário	Preço Total Estimado
2*	Leite em pó Integral (100% de origem animal), em pacote plástico aluminizado de 200g, limpos não violados, resistentes, que garantam a integridade do produto até o momento do consumo. Acondicionados em fardos lacrados. A embalagem deverá conter externamente os dados de identificação e procedência, número do lote, data de validade e de fabricação e informações nutricionais (Valor energético 129kcal = 542k), Carboidratos 9,4g, Proteínas 6,7g, Gorduras Totais 7,1g, Gorduras Saturadas 4,4g, Gorduras Trans 0, Fibra Alimentar 0, Sódio 91mg, Cálcio 239 mg), com variação máxima possível por item, para mais ou para menos, no percentual de 10%. Prazo de validade 12 Meses. Possui registro no Ministério da Agricultura - MAPA, com registro obrigatório no S.I.F. (Sistema de Inspeção Federal), previsto pela Lei 1283/1950). MARCA: ROMANO.	Kg	1.250	R\$ 16,00	R\$ 22.000,00

* Tratamento Diferenciado: Cota 25% para participação exclusiva



de ME/EPP (cota exclusiva do item 1), Lei Complementar nº 123/2006.
 Foro: Belém
 Ordenador Responsável: Marcos Antônio Ferreira das Neves.
 Endereço do Contratado: Av Pedro Álvares Cabral, 834 B, bairro Marambaia, Belém - PA, CEP: 66615-860, Telefone nº (91) 3243-0111, Email: nagasecmr@hotmail.com.

Protocolo 837972

PROCESSO Nº 071/2014-SGJ-TA
PROTOCOLO Nº 35931/2014

ASSUNTO: PREGÃO ELETRÔNICO Nº 015/2015-MP/PA - CONVENIÊNCIA ADMINISTRATIVA - REVOGAÇÃO
 Considerando que em 27/08/2014 foi protocolizado pedido de licitação para registro de preço de microcomputadores;
 Considerando que a coleta de preços foi finalizada em 7/11/2014, com designação da data de 17/3/2015 para a abertura da sessão do Pregão Eletrônico nº 015/2015-MP/PA, para registro de preços de microcomputadores, com publicação de aviso em jornal;
 Considerando que o processo licitatório foi suspenso em 13/3/2015, em virtude de impugnação a ser respondida pelo Departamento de Informática;
 Considerando que o Departamento de Informática solicitou a revogação do processo licitatório, justificando-a pelo aumento considerável da moeda americana nos últimos seis meses, com o encarecimento dos processos licitatórios iniciados em 2015, e consequente conveniência em realizar a adesão à Ata de Registro de Preços do ano de 2014;
 Considerando que houve a demonstração, pelo Departamento de Informática, do aumento contínuo e demasiado do preço do dólar nos últimos seis meses, o que teve impacto sobre o preço dos produtos ou componentes importados;
 Considerando que o objeto do Pregão Eletrônico nº 015/2015-MP/PA teve seu preço sobrelevado nos últimos meses, revelando-se mais conveniente buscar adesão a licitações do ano de 2014, com fulcro no Decreto nº 876/2013 (SRP), para conseguir contratações com preços mais vantajosos;
 Considerando, por conseguinte, que já não se mostra mais conveniente e oportuno o prosseguimento do Pregão Eletrônico nº 015/2015-MP/PA, para evitar-se preços muito elevados e que onerariam o Erário;

Considerando que a elevação excessiva do dólar americano e a necessidade de busca de adesão a ata de registro de preços do ano de 2014 constituem fatos supervenientes à publicação do Edital do Pregão Eletrônico nº 015/2015-MP/PA, e que atualmente afastam o interesse público e a conveniência administrativa no prosseguimento deste processo;
 Considerando a manifestação favorável da Assessoria Jurídica da Procuradoria-Geral de Justiça, por meio do Parecer nº 111/2015-ASS/JUR/PGJ;
 Considerando o poder-dever de que dispõe a Administração para rever seus próprios atos, nos termos da Súmula nº 473 do Supremo Tribunal Federal;
 Considerando os demais elementos constantes dos autos do Processo nº 187/2014-SGJ-TA;
 Determino a revogação do Pregão Eletrônico nº 015/2015-MP/PA, com fundamento no art. 49, caput, da Lei Federal nº 8.666/93.

À Atividade de Licitações e Contratos, para as providências cabíveis.

Belém, 09 de junho de 2015

MARCOS ANTONIO FERREIRA DAS NEVES

Procurador Geral de Justiça

Protocolo 837980

ATO Nº 68/2015

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ, no uso de suas atribuições legais e considerando os termos do Protocolo nº 24642/2015, de 3/6/2015,

RESOLVE:

EXONERAR, a pedido, de acordo com o art. 59, caput, da Lei Estadual nº 5.810, de 24/1/1994, LIVIA DA ROCHA MARTINS MOUZINHO, ocupante do cargo de Analista Jurídico, MP-ATE-402-A-1, lotada na Região Administrativa Belém I, a qual foi nomeada por meio do Ato nº 91/2013, datado de 13/8/2013, publicado no D.O.E. de 19/8/2013, do Ministério Público do Estado do Pará, a contar de 10/6/2015.

PUBLIQUE-SE, REGISTRE-SE E CUMPRE-SE.

GABINETE DA PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA

Belém, 10 de junho de 2015.

MARCOS ANTONIO FERREIRA DAS NEVES

Procurador-Geral de Justiça

Protocolo 838311

EXTRATO DO INQUÉRITO CIVIL
Nº 000109-151/2015 - MP/PJ/DPP/MA

O PROMOTOR DE JUSTIÇA TITULAR DO 4º CARGO DA PROMOTORIA DE DEFESA DO PATRIMÔNIO PÚBLICO E DA MORALIDADE ADMINISTRATIVA, Dr. FIRMINO ARAÚJO DE MATOS, torna pública a instauração do Inquérito Civil nº 000109-151/2015-MP/PJ/DPP/MA, que se encontra à disposição na sede do Ministério Público na Rua João Diogo n. 100, bairro da Cidade

Velha, nesta cidade de Belém do Pará.

Portaria de Instauração nº 17/2015

Data da Instauração: 09/06/2015

Objeto: Apurar possível prática de ato de improbidade administrativa em razão da manutenção, pela Secretaria de Estado de Educação (SEDUC), de servidores temporários por tempo superior ao autorizado em lei.

Promotor de Justiça: FIRMINO ARAÚJO DE MATOS (TITULAR).

Protocolo 838437

EXTRATO DE PORTARIA

Nº 013/2012-MP/1ºPJ/DCF/DPP/MA

A PROMOTORA DE JUSTIÇA DA 1ª PJ DE DIREITOS CONSTITUCIONAIS FUNDAMENTAIS, DEFESA DO PATRIMÔNIO PÚBLICO E DA MORALIDADE ADMINISTRATIVA, Dra. MARIA DAS GRAÇAS CORRÊA CUNHA, torna público a instauração de Procedimento Administrativo Preparatório, portaria de nº 013/2012-MP/1ºPJ-DCF.DPP/MA, que se encontra à disposição na sede do Ministério Público, na Rua João Diogo, nº 100, bairro da Cidade Velha, nesta cidade de Belém do Pará.

Portaria de Instauração: 013/2012

Data de Instauração: 30/11/2012

Objeto: apurar possíveis irregularidades que estariam prejudicando o normal funcionamento das atividades pedagógicas e administrativas desenvolvidas na Escola em Regime de Convênio Professor Lourenço Filho.

Promotora de Justiça: Maria das Graças Corrêa Cunha

Protocolo 838443

EXTRATO DE PORTARIA

Nº 051/2012-MP/8ºPJ/DCF/DPP/MA

A PROMOTORA DE JUSTIÇA DA 8ª PJ DE DIREITOS CONSTITUCIONAIS FUNDAMENTAIS, DEFESA DO PATRIMÔNIO PÚBLICO E DA MORALIDADE ADMINISTRATIVA, Dra. ELAINE CASTELO BRANCO, torna público a instauração de Procedimento Administrativo Preparatório nº 330/2012, portaria de nº 051/2012-MP/8ºPJ-DCF.DPP/MA, que se encontra à disposição na sede do Ministério Público, na Rua João Diogo, nº 100, bairro da Cidade Velha, nesta cidade de Belém do Pará.

Data de Instauração: 07/12/2012

Objeto: apurar conduta do servidor ANTONIO CARLOS RIBEIRO CONDE, em virtude de fato que afronta princípios da administração Pública, eis que reporta situação de ausência de prestação de contas ao erário.

Promotora de Justiça: Elaine Castelo Branco

Protocolo 838447

MINISTÉRIO PÚBLICO DE CONTAS
DOS MUNICÍPIOS DO ESTADO DO
PARÁ

PORTARIA

EXTRATO DE PORTARIAS

Nº	DATA	REFERÊNCIA
63/2015	12/05/2015	CONCEDE 30 DIAS DE FÉRIAS À PROCURADORA MARIA INEZ K. DE MENDONÇA GUEIROS (MAT. 69519-0)
64/2015	12/05/2015	CONCEDE 30 DIAS DE FÉRIAS AO SERVIDOR MARCELO MENEZES CHAVES (MAT. 00019)
65/2015	12/05/2015	CONCEDE 30 DIAS DE FÉRIAS À SERVIDORA SUELY MARIA DE ARAÚJO DUARTE (MAT. 000043)

Protocolo 838043

SUPRIMENTO DE FUNDO

SUPRIMENTO DE FUNDO

PORTARIA Nº 96/2015-MPCM-PA

BELÉM, 10 DE JUNHO DE 2015

A Procuradoria-Geral do Ministério Público de Contas dos Municípios do Estado do Pará, no uso de suas atribuições legais ,

RESOLVE:

Conceder SUPRIMENTO DE FUNDOS ao servidor CLÁUDIO SÉRGIO FERNANDES OLIVEIRA - ASSISTENTE TÉCNICO- Matrícula nº 69531-9, CPF : 089.352.462-04, no valor de R\$ 3.500,00 (três

mil e quinhentos reais), para as despesas de pronto pagamento do órgão(exercício financeiro 2015), obedecendo a seguinte classificação orçamentária:

011221297.4534.339039 (Serviços de Terceiros Pessoa Jurídica)-

Valor: R\$ 400,00 (Quatrocentos reais)

011221297.4534.339036 (Serviços de Terceiros Pessoa Física)-

Valor: R\$ 1.000,00 (Um mil reais)

011221297.4534.339030 (Compra de Material de Consumo)-

Valor- R\$ 2.100,00 (Dois mil e cem reais)

TOTAL : R\$ 3.500,00 (Três mil e quinhentos reais)

O período de aplicação do referido suprimento é de 60 (sessenta) dias e a prestação de contas será feita em até 15 (quinze) dias subsequentes a este período.

Dê-se ciência, registre-se, publique-se e cumpra-se.

Elisabeth Massoud Salame da Silva

Procuradora-Geral do MPCM-PA

Protocolo 838029

TERMO DE COOPERAÇÃO TÉCNICA Nº 01/2015
TERMO DE COOPERAÇÃO

Nº 001

Exercício: 2015

Objeto: Parceria para realização do VII Fórum TCE/PA e Jurisdicionados, a ocorrer entre os dias 24, 25 e 26 de junho de 2015, neste capital, no Hangar - Centro de Convenções e Feiras da Amazônia.

Valor: R\$ 15000,00 (quinze mil reais).

Assinatura: 08/06/2015

Vigência: 08/06/2015 a 07/07/2015

Orçamento:

Programa de Trabalho: 01.032.1241.4506.339039

Fonte do Recurso: 0101000000

Origem do Recurso: Estadual

Partes:

Beneficiário ente Público: Tribunal de Contas do Estado - TCE/PA

Concedente: Ministério Público de Contas dos Municípios do

Estado do Pará - MPCM/PA Nome do Ordenador: Elisabeth

Massoud Salame da Silva

Protocolo 838156

MUNICÍPIOS

PREFEITURA MUNICIPAL
DE ABAETETUBA

PREFEITURA MUNICIPAL DE ABAETETUBA/PA

AVISO DE LICITAÇÃO

PREGÃO PRESENCIAL Nº 010/2015

SISTEMA REGISTRO DE PREÇO (SRP)

A Comissão Permanente de Licitação do MUNICÍPIO DE ABAETETUBA/PA torna público que realizará Licitação na Modalidade Pregão Presencial; Sistema Registro de Preços; do tipo menor, considerada por Lote, com cote reservada para Microempreendedor individual, Microempresa, Empresa de Pequeno Porte e Cooperativa Equiparada, para aquisição parcelada de gêneros alimentícios destinados aos alunos atendidos pelos Programas: CRECHE, PNAEF, PNAEQ, PNAEM, PNAEJA, AEE e MAIS EDUCAÇÃO. O certame será realizado no dia 24/06/2015, às 09:00 h, na sala de licitações, sito a rua Siqueira Mendes, nº 1359, Bairro Centro - Abaetetuba/PA. O Edital está à disposição dos interessados no endereço acima referido e no site: www.abaetetuba.pa.gov.br

Márcio Serrão da Silva

Pregoeiro/PMA

Protocolo 836684

PREFEITURA MUNICIPAL DE ABAETETUBA/PA

AVISO DE LICITAÇÃO

PREGÃO PRESENCIAL Nº 011/2015

SISTEMA REGISTRO DE PREÇO (SRP)

A Comissão Permanente de Licitação do MUNICÍPIO DE ABAETETUBA/PA torna público que realizará Licitação na Modalidade Pregão Presencial; Sistema Registro de Preços; do tipo menor, considerada por Lote, para aquisição parcelada de Medicamentos Comuns, Controlados e Insumo para Diabetes Mellitus para atender o Programa de Farmácia Básica/Secretaria Municipal de Saúde - SESMAB. O certame será realizado no dia 25/06/2015, às 09:00 h, na sala de licitações, sito a rua Siqueira